



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria Executiva - SEXEC

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN

Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024 DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE ENERGIA - CT-ENERG

Reunião: 40ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia

Horário: 14h às 16h

Local: Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Sala de Situação, 5º Andar, nº 529, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF (presencial) e no link da Plataforma Microsoft Teams (virtual).

29 de novembro de 2024

Membros presentes:

1. Daniel Almeida Filho, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Presidente (presencial);
2. Leandro Albuquerque, indicado pelo do Ministério de Minas e Energia, em substituição ao Secretário Thiago Vasconcellos Barral (MME) (presencial);
3. Marlon José de Lima, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (virtual);
4. Newton Kenji Hamatsu, representante da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (virtual);
5. Paulo Luciano de Carvalho, representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (virtual);
6. Edson Watanabe, representante a Academia Brasileira de Ciências (ABC) (virtual);
7. Caio Pandolfi, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (virtual).

Demais Participantes:

8. Rafael Silva Menezes, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (presencial);
9. Fabricio Soares Azevedo, representante da FINEP (virtual);
10. Mariana Marques Vidal (CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI) (virtual);
11. Lilian Rose Peters (CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI) (virtual);
12. Marcia de Souza Godoi Alvez (CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI) (virtual);
13. Elenice Teresinha Thomas Carvalho (CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI) (virtual);
14. Geisiane Nóbrega (CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI) (virtual);
15. Edilson da Silva Pedro (CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI) (virtual).

Pauta:

1. Abertura
2. Informações sobre a LOA 2024 e a PLOA 2025
3. Balanço das ações do Fundo Setorial de Energia no biênio 2023-2024 (Finep e CNPq)
4. Encaminhamento dado às sugestões para os Programas/Linhas de Atuação do FNDCT
5. Sugestões iniciais para a revisão dos Programas e Linhas de Atuação do FNDCT
6. Encaminhamentos e Encerramento

1. Abertura

O Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia (CT-Energ), Sr. Daniel Almeida Filho, abriu a reunião dando as boas-vindas a todos e, em seguida, sugeriu uma rodada de apresentações dos participantes da 40ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia (CT-Energ). Dando sequência à pauta da reunião, o Sr. Fabricio Azevedo, representante da Finep e da área de controle orçamentário e financeiro do FNDCT, apresentou a execução orçamentária do Fundo.

2. Informações sobre a LOA 2024 e a PLOA 2025

O Sr. Fabricio Azevedo, da FINEP, apresentou a execução orçamentária de 2024, destacando os seguintes pontos:

- A previsão inicial de utilização de recursos orçamentários da ordem de R\$ 42 milhões, referentes à carteira contratada previamente à elaboração dos 10 (dez) Programas Estruturantes e Mobilizadores.
- Execução efetiva: R\$ 33 milhões foram aplicados em compromissos assumidos anteriormente, incluindo projetos contratados antes de 2023.
- Foi citado pelo Sr. Fabricio Azevedo a inexistência de outros projetos com demanda por recursos da ação do CT-Energ, o que justificou a alocação destes recursos em outras ações, para que o recurso/orçamento não fosse desperdiçado.
- A alocação desses recursos foi direcionada para programas já aprovados em reuniões anteriores do Comitê Gestor.
- A alocação dos recursos disponíveis para 2024, cerca de R\$ 8,0 milhões, tinha sido direcionada para iniciativas de transição energética vinculadas ao Programa 2 – Mais Inovação.

Após a apresentação, o presidente do Comitê Gestor do Fundo passou a palavra para o Sr. Rafael Menezes o qual apontou que a deliberação do Comitê Gestor do Fundo, na primeira reunião de 2024, realizada em março, foi de alocar os R\$ 8 milhões para suplementação da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 24/2022 - Apoio ao SisH2-MCTI (contratação do P2), diferentemente do que foi apresentado pelo Sr. Fabricio Azevedo.

Diante desse apontamento, o Sr. Marlon José questionou sobre a possibilidade de ter havido outra decisão quanto ao direcionamento desse recurso. No entanto, o Sr. Fabricio disse que esse não era o caso e faria a correção posteriormente, de acordo com a deliberação da última reunião.

Em seguida, o presidente do Comitê Gestor do Fundo pediu a palavra e relatou que essa questão já havia sido conversada, há aproximadamente um mês e meio, com o presidente do CCF, Sr. Luis Fernandes, e com o diretor do Departamento de Fundos e Investimentos do MCTI, Sr. Rafael Padula. Foi passado a eles o entendimento da deliberação ocorrida em março de 2024, e estes se comprometeram a resolver essa questão o quanto antes. No entanto, como pôde se perceber na reunião em tela, o ajuste não foi realizado, o que causou surpresa. O presidente perguntou ao Sr. Fabricio se alguma conversa havia sido

feita entre a Finep e os Srs. Luis Fernandes e Rafael Padula referente a essa questão, o qual respondeu que não possuía alçada para isso e que não saberia dizer. O Sr. Fabricio retomou a palavra para relatar que esse tipo de discussão não cabe à Finep, pois é uma decisão que não cabe à agência.

Retomando a discussão sobre a deliberação do recurso de R\$ 8 milhões, o Sr. Marlon José leu a proposta de alocação constante na ata da reunião de março: “A proposta de alocação dos R\$ 8 milhões disponíveis para novas ações em 2024 do CT-Energ, para contratação de projetos de P2 da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 24/2022 (Apoio ao Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio - SisH2-MCTI), foi aprovada por todos os membros presentes do Comitê Gestor”. Em seu entendimento e no entendimento de todos os membros do Comitê, a ata estava muito bem escrita e clara quanto à deliberação.

Para tanto, o Sr. Daniel Almeida pediu para que a Sra. Mariana Vidal tentasse esclarecer essa questão e retornasse até o fim da reunião com alguma resposta. A Sra. Mariana Vidal avisou que estava verificando essa questão com os responsáveis e que responderia posteriormente.

3. Balanço das ações do Fundo Setorial de Energia no biênio 2023-2024 (Finep e CNPq)

O Sr. Newton Kenji Hamatsu, da FINEP, apresentou um relato sobre os recursos aplicados pela Finep no setor energético entre 2023 e 2024. Destaques incluem:

- Volume de Investimentos: mais de R\$ 938 milhões aplicados em áreas diretamente ligadas ao CT-ENERG, incluindo armazenamento de energia (R\$ 310 milhões), geração solar (R\$ 143 milhões), eólica (R\$ 135 milhões) e tecnologias de captura de carbono (R\$ 307 milhões).
- Projetos contratados: 120 projetos foram identificados como prioritários, abordando tecnologias emergentes e soluções para transição energética.
- Resultados expressivos: Em 2024, os recursos contratados na área superaram o montante aplicado em todo o governo anterior, sinalizando um aumento significativo no investimento em inovação e tecnologia.

Entre os projetos destacados:

- Parcerias com a WEG para o desenvolvimento de geradores supercondutores e baterias nacionais.
- Projetos de startups voltados à eficiência energética, como sistemas de monitoramento preditivo e novas soluções em células fotovoltaicas.
- Colaborações internacionais com a Noruega para tecnologias em hidrogênio e biogás.

A apresentação incluiu detalhes sobre projetos estratégicos financiados pelo FNDCT:

- Baterias e Armazenamento: Desenvolvimento de baterias de sódio e lítio, sistemas de supercapacitores nanométricos e tecnologias para segunda vida e reciclagem de baterias de íons de lítio.
- Hidrogênio Verde: Produção e armazenamento de hidrogênio utilizando tecnologias PEM e alcalina, bem como o desenvolvimento de cilindros de fibra de carbono para transporte.
- Energias Renováveis: Pesquisa para aumentar a eficiência de células fotovoltaicas utilizando terras raras e criação de digital twins para operação de parques eólicos.

Foram mencionados exemplos de sucesso, como a integração de startups com institutos de pesquisa, ampliando a capacidade de inovação e de geração de produtos com alto valor agregado no Brasil.

Após a apresentação, os Srs. Paulo Luciano (ANEEL) e Leandro Albuquerque (MME) destacaram a necessidade de maior clareza sobre a alocação de recursos e o papel do comitê gestor. Houve consenso

de que a governança do fundo precisa ser reforçada, com maior participação e definição das prioridades pelos membros do comitê.

O Sr. Fabricio Azevedo iniciou sua fala esclarecendo dois pontos ao conselheiro Paulo. Primeiramente, destacou que a Finep não decide onde alocar os recursos, mas apenas implementa as iniciativas conforme especificado nos termos de referência e seus anexos. Os editais, mencionados pelo Sr. Newton, foram objeto de um anexo de um Termo de Referência (TR), que detalhou como a Finep deveria conduzir o edital. Existem instâncias de governança do FNDCT superiores aos comitês gestores que decidem essas aplicações. A Finep atua como uma agência de fomento e não decide a aplicação dos recursos.

Além disso, o Sr. Fabricio explicou que nem todos os recursos vêm diretamente para o fundo. O FNDCT conta com diversas ações que não têm arrecadação própria, como o reembolsável, a subvenção, as ações transversais e a ação com o CNPq. Todas essas ações dependem das arrecadações dos fundos setoriais, que são distribuídas com percentuais destinados a essas outras ações. Por exemplo, o montante do reembolsável representa metade do orçamento total do FNDCT. Portanto, metade dos recursos já é destinada a outras ações. A subvenção é uma operação transversal, e neste exercício, muitas iniciativas foram aprovadas, resultando em uma demanda robusta e uma dotação igualmente robusta. Esses recursos são alimentados pelos fundos setoriais. O Sr. Fabricio ressaltou que não estava discutindo a justiça dessa distribuição, nem o papel do comitê gestor, que é propor iniciativas independentemente do valor disponível. No entanto, é importante deixar claro que o montante arrecadado pelo setor de energia não é destinado integralmente para a ação do CT-Energ.

O presidente do CT-Energ, Daniel Almeida Filho, interveio sugerindo que fosse realizado um exercício de esclarecimento para o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia. Ele reconheceu que essa não era uma questão isolada e que tinha conhecimento sobre essas preocupações em outros fundos setoriais. Propôs que, em uma próxima reunião, mesmo que extraordinária, fosse esclarecido como os recursos são alocados. Além disso, sugeriu que fosse feito um esclarecimento sobre o regimento interno, para que todos soubessem suas competências e pudessem alinhar expectativas. Ele enfatizou a necessidade de saber qual é o recurso disponível para que o comitê possa atuar dentro do regimento interno.

O Sr. Paulo Luciano concordou que o trabalho desenvolvido estava sendo bem -feito, mas destacou que o Comitê Gestor estava sendo esvaziado. Ele ressaltou a importância de definir as diretrizes de investimento na área de energia elétrica e questionou qual seria o recurso disponível para o orçamento de 2025. Paulo enfatizou que o Comitê Gestor precisa deliberar sobre os recursos e que não é adequado decidir apenas sobre uma pequena parte do orçamento, deixando a maior parte sem definição. Ele sugeriu que, se necessário, o regimento interno fosse alterado para esclarecer o papel do comitê gestor.

O Sr. Newton Hamatsu concordou com os pontos levantados pelos Srs. Paulo e Leandro, destacando que houve uma evolução no FNDCT que a governança não acompanhou. Ele explicou que, há 15 anos, a maioria dos recursos era aplicada via fundos setoriais, mas com o tempo, percebeu-se que a subvenção econômica era um instrumento mais adequado para apoiar projetos de inovação. A governança, no entanto, não evoluiu com essa mudança. Newton sugeriu que fosse discutida não apenas a aplicação dos recursos do CT-Energ, mas também as ações dos 10 programas aprovados, buscando melhorias nas chamadas de mais inovação para energia.

O Sr. Fabricio Azevedo mencionou que não era o momento ideal para apresentar os valores da PLOA 2025, pois havia incertezas sobre o referencial monetário do FNDCT para 2025. Ele sugeriu que os dados fossem apresentados quando o novo referencial estivesse definido e as contas feitas com valores definitivos.

O presidente Daniel Almeida Filho complementou a fala de Fabricio, destacando a necessidade de números históricos para entender a distribuição dos recursos em 2024. Ele sugeriu que fosse feita uma explicação clara e simples sobre a distribuição dos recursos, para que todos ficassem na mesma página e pudessem avançar nas discussões.

O Sr. Fabricio Azevedo ressaltou a importância de compatibilizar a arrecadação com a demanda. Ele explicou que, na elaboração da PLOA, é necessário adequar as dotações à demanda existente e às demandas potenciais. Ele sugeriu que a demanda para 2025 fosse atualizada no início do ano, com base nos controles e previsões do exercício anterior.

O presidente Daniel Almeida Filho concordou com a relevância dessa informação e solicitou que a demanda fosse incluída no esclarecimento, para que pudessem avaliar as informações e decidir os próximos passos.

A Sra. Mariana Marques fez três observações importantes durante a reunião. Primeiramente, ela destacou que a execução dos R\$ 33 milhões mencionados pelo Sr. Fabricio Azevedo foi realizada conforme aprovado em reuniões anteriores do fundo. Esses projetos estão em andamento e, como mencionado pelo Fabricio, os compromissos assumidos têm uma duração ao longo do tempo, provavelmente utilizando orçamento de anos seguintes.

Em relação aos outros recursos mencionados, apresentados pelo Sr. Newton, a Sra. Mariana reforçou que os 10 programas foram aprovados pelo Conselho Diretor. Todas as ações apresentadas pelo Sr. Newton, que utilizaram recursos do FNDCT e não da ação orçamentária do fundo setorial de energia, foram aprovadas nas instâncias de governança do FNDCT. Esses 10 programas e seus termos de referência foram aprovados pelo Conselho Diretor.

Mariana retomou a discussão relacionada à suplementação dos R\$ 8 milhões, com recursos de 2024, para o edital do SisH2. Ela informou que conversou com Padula, e que ele sugeriu que essa suplementação fosse incluída nas demandas do CT-Energ para 2025. A ideia é preparar o material para que essa iniciativa seja aprovada e comprometida para 2025.

O presidente Daniel Almeida Filho perguntou a Mariana se os R\$ 8 milhões seriam incluídos no orçamento do próximo ano. Mariana confirmou que sim. Daniel destacou que projetos do Programa Mais Inovação foram colocados na mesma época da reunião deliberativa de março, mas que somente os R\$ 8 milhões não foram executados desde então e que agora seriam postergados para o próximo ano. Ele enfatizou a necessidade de registrar em ata que a execução desses recursos está demorando.

Após os esclarecimentos, o presidente Daniel Almeida Filho passou a palavra ao Sr. Edson Watanabe. O Sr. Edson Watanabe, representante da Academia Brasileira de Ciências, expressou sua preocupação com as questões levantadas por Paulo e Fabricio. Ele mencionou que essas questões o deixaram preocupado e confuso sobre a responsabilidade nas decisões. Edson enfatizou a importância da confiança e pediu que as questões levantadas fossem esclarecidas para que o comitê pudesse discutir os assuntos importantes sem desconfianças.

O presidente Daniel Almeida Filho destacou a importância da transparência e da clareza nas informações para evitar conclusões equivocadas. Daniel sugeriu que fosse feito um esclarecimento financeiro por parte da Finep e um esclarecimento sobre o regimento interno, para alinhar expectativas e definir claramente as competências do comitê.

A Sra. Mariana Marques Vidal pediu a palavra rapidamente para se colocar à disposição para mais esclarecimentos, especificamente sobre o processo de aprovação dos programas de 2023 até o momento.

O presidente Daniel Almeida Filho solicitou um esclarecimento adicional sobre a arrecadação do CT-Energ ao longo do tempo. Mariana Marques Vidal respondeu que essa informação deveria ser fornecida por Fabrício e pela Finep. Daniel elogiou o trabalho realizado nos programas e destacou que Newton apresentou muito bem as informações. No entanto, ele ressaltou que a dúvida levantada por Paulo, reforçada por Edson e Leandro, era sobre quanto é arrecadado pela área de energia e como esses recursos são distribuídos, além de saber quanto cabe ao CT-Energ para gastos discricionários.

O Sr. Rafael mencionou que, como presidente do CT Mineral, ele já havia solicitado esse detalhamento na última reunião do CCF. Ele pediu informações sobre quanto é arrecadado pelo setor e quanto está disponível para novas ações na PLOA de 2025. Ele destacou a importância de detalhar os recursos provenientes da Lei 9.991/2000, que direciona recursos tanto para o CT-Energ quanto para o Procel. O presidente Daniel sugeriu que fosse feito um comparativo das arrecadações e destinações dos anos de 2022, 2023 e 2024, para entender por que os recursos dos fundos verticais estão diminuindo, quando logicamente deveriam estar aumentando. Ele enfatizou que essa explicação da Finep seria muito válida e deveria ser incorporada na próxima apresentação.

Daniel propôs que essa questão fosse colocada em deliberação após a apresentação financeira, para que a Secretaria Executiva do FNDCT esclarecesse as arrecadações e destinações dos anos de 2022 a 2024. Em seguida, ele passou a palavra ao Sr. Marlon José para suas considerações.

O Sr. Marlon José explicou que não trouxe uma apresentação porque não havia ações específicas para serem discutidas. Ele mencionou que o saldo de R\$ 8 milhões aprovado para 2024 realmente não tinha sido destinado à ação prevista. Marlon destacou que, embora a forma de operar do Fundo tenha mudado, a governança ainda mantém os fundos setoriais e os comitês gestores com responsabilidade legal sobre os recursos. Ele enfatizou a importância de ter clareza sobre os números, tanto do que foi arrecadado quanto do que foi destinado, para fins de levantamento das ações do setor de energia.

O presidente Daniel Almeida Filho agradeceu e perguntou se alguém gostaria de se manifestar em relação à fala do Sr. Marlon do CNPq. Como não houve manifestações, ele colocou em deliberação a solicitação à Finep sobre esclarecimentos financeiros dos anos de 2022 a 2024. Ele destacou a importância de esclarecer as distribuições do que é arrecadado na área de energia e para onde vai cada parte do dinheiro, para que todos possam ter mais clareza e confiança, conforme mencionado pelo Sr. Edson. Daniel pediu que aqueles que fossem contra a proposta se manifestassem. Como não houve manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por unanimidade. Ele então passou para o próximo ponto da pauta, que era o encaminhamento de sugestões para os programas e linhas de atuação do FNDCT, Finep e CNPq, e perguntou quem falaria sobre isso.

4. Encaminhamento dado às sugestões para os Programas/Linhas de Atuação do FNDCT

O presidente Daniel Almeida passou a palavra para a Sra. Mariana Marques que mencionou que as reuniões setoriais foram convocadas para iniciar a revisão dos programas, e que este é o momento ideal para contribuir com sugestões e revisões. Explicou que foi feito um levantamento preliminar na CGGF sobre as atas de reuniões passadas para identificar se haviam sido feitas propostas temáticas. A proposta deste item de pauta era embasar discussões futuras sobre os programas. Mariana deixou aberto para que qualquer membro que tenha participado das reuniões passadas pudesse trazer propostas que não foram identificadas nas atas, para subsidiar as discussões para a revisão do PAI.

Mariana também compartilhou um cronograma apresentado na reunião do Comitê de Coordenação do FNDCT na semana anterior, com a ideia de revisão dos programas. Ela informou que compartilhou o balanço das ações desses programas com todos os presidentes dos comitês e sugeriu que esse material fosse revisado. O objetivo é iniciar a revisão e receber contribuições de todos os 15 comitês até a data prevista para aprovação final, em 2 de abril de 2025. O Conselho Diretor deve aprovar o plano com esses programas em 2 de abril de 2025, e o comitê de coordenação do FNDCT deve consolidar todas as propostas até 19 de março de 2025. Dessa forma, os comitês têm a oportunidade de debater e fazer propostas de revisão até 10 de março de 2025.

Daniel levantou uma dúvida sobre a aprovação dos termos de referência (TRs) dos programas, em 2 de abril. Ele perguntou se todos os TRs devem estar definidos e aprovados no Comitê de Coordenação do FNDCT antes de serem enviados ao Conselho Diretor. Mariana confirmou que as propostas serão consolidadas no Comitê de Coordenação e aprovadas pelo Conselho Diretor, em 2 de abril. Cada comitê fará suas propostas, que serão consolidadas e enviadas ao Conselho Diretor para aprovação final. Mariana mencionou que pode haver discussões adicionais no âmbito do Conselho diretor.

O presidente Daniel Almeida Filho solicitou um esclarecimento adicional sobre como as sugestões de programas deveriam ser apresentadas. Ele questionou se, ao sugerir um programa para a Amazônia, por exemplo, deveria fornecer uma ideia geral ou detalhar textualmente os tipos de tecnologia e os itens que deveriam ser financiados.

A Sra. Mariana Marques Vidal respondeu que essas sugestões seriam consideradas como linhas de atuação. Qualquer proposta sobre inclusão, retificação ou retirada de linha de atuação deve ser feita dentro do Termo de referência do programa. Por exemplo, no caso do programa para a Amazônia, que pode ser voltado para o desenvolvimento regional do interior ou para unidades de pesquisa, as linhas de atuação e objetivos estão claramente definidos no Termo de Referência. Ela compartilhou um link com

todos os termos de referência, que incluem as linhas de atuação e objetivos, permitindo que os comitês façam propostas e contribuições sobre esses programas.

Mariana destacou que, no balanço das ações encaminhado, observa-se que algumas iniciativas tiveram demandas muito maiores do que a oferta de recursos. Assim, os comitês podem sugerir mais recursos para iniciativas com maior demanda ou retirar iniciativas com pouca demanda. Ela enfatizou que este é o momento ideal para fazer essas revisões. Dentro dos termos de referência, há valores anuais especificados para cada linha de atuação, como no Proinfra, que destina R\$ 200 milhões anuais para chamadas. Esses valores podem ser revisados e ajustados conforme necessário.

Mariana reforçou a importância de que todas as deliberações sejam feitas por unanimidade ou, pelo menos, pela maioria dos membros do comitê, e que sejam bem registradas em ata. Isso ajudará na consolidação das propostas no comitê de coordenação do FNDCT e no embasamento para o Conselho Diretor.

O presidente Daniel Almeida Filho agradeceu a Mariana e passou a palavra ao Sr. Rafael Menezes. Rafael mencionou que, na ata de 2023, o então presidente do comitê, Osório, deliberou que as ações apoiadas seriam divididas entre o programa 2 (Mais Inovação) e o programa 5 (Conhecimento Brasil) na proporção de 75% e 25%, respectivamente. Em 2024, a decisão foi suplementar o edital do CNPq com os R\$ 8.000.000 disponíveis, para que em 2025 houvesse um volume de recursos considerável para propor iniciativas mais estruturantes.

O Sr. Paulo Luciano confirmou que essa foi a deliberação e acrescentou que fez uma colocação para que os recursos fossem destinados ao setor elétrico. Ele mencionou que havia muitas ações voltadas para combustíveis de aviação, que não têm muita relação com o setor elétrico. Paulo sugeriu que fossem desenvolvidas novas tecnologias de transmissão de energia elétrica e inteligência artificial aplicada ao setor elétrico, entre outras tecnologias.

O presidente Daniel Almeida Filho agradeceu a Paulo e perguntou se mais alguém gostaria de fazer considerações. O Sr. Newton Hamatsu pediu a palavra e concordou com os pontos levantados por Paulo. Ele mencionou que têm sido feitas discussões interministeriais e interagências sobre ações focadas em desafios tecnológicos que abordem problemas concretos da sociedade e do setor elétrico. Newton sugeriu que fossem dadas sugestões de aplicação focadas em desafios tecnológicos específicos de energia e do setor elétrico como um todo.

5. Sugestões iniciais para a revisão dos Programas e Linhas de Atuação do FNDCT

O presidente Daniel Almeida Filho perguntou se todos tinham clareza sobre os programas estratégicos do FNDCT e houve manifestações negativas. Sugeriu então que a Sra. Mariana Marques falasse um pouco sobre os programas para esclarecer eventuais dúvidas dos membros do Comitê Gestor do CT-ENERG.

A Sra. Mariana apresentou os programas e o cronograma para revisão, com prazo final para aprovação pelo Conselho Diretor em abril de 2025. Ela destacou:

- A importância de sugestões vindas dos comitês setoriais para ajustes nas linhas de atuação, envolvendo inclusão ou exclusão de temas estratégicos.
- A possibilidade de revisar Termos de Referência (TRs), incluindo o volume de recursos alocados em cada linha, com base na demanda observada.
- O cronograma detalhado, com a consolidação das propostas pelo Comitê de Coordenação do FNDCT prevista para março de 2025.

O presidente Daniel Almeida Filho reforçou que os programas serão reformulados e que será apresentado um novo set de programas na reunião do CD prevista para 2 de abril. Até lá podemos fazer sugestões de modificações desses programas ou mesmo sugerir um programa completamente novo. Caso já haja alguma proposta a ser encaminhada na reunião de hoje, a Sra. Mariana está autorizada a levar para a próxima reunião do CCF/FNDCT, a ser realizada no dia 05 de dezembro.

O Sr. Paulo Luciano sugeriu a inclusão de um novo programa estratégico específico para a transição energética. Ele acredita que o tema não pode ficar somente no Programa de reindustrialização e que seria oportuno demonstrar o papel da transição energética em outros contextos.

O Sr. Leandro do MME reforçou a sugestão de se criar um novo programa específico para transição energética e destacou que ele já tinha sugerido isso em reuniões anteriores. Afirmou ainda que o Programa 2 já possui muitas iniciativas, mas ao criar um programa específico, daríamos o destaque adequado para essas ações.

O Sr. Newton Hamatsu justificou que a transição energética fica organizada junto com a bioeconomia na Missão 5 da Nova Indústria Brasil (NIB) e essa é a razão de estarem juntas no Termo de Referência do Programa 2 do FNDCT. Mas isso acaba sendo um aspecto formalístico, uma vez que os temas relacionados a área de energia têm tido muita prioridade. No âmbito do Plano de Transformação ecológica, por exemplo, têm sido discutidos desafios muito focados em transição energética, envolvendo inclusive recursos do FNDCT para o atendimento de problemas específicos e o Conselho corrobora esse tipo de programa que endereça problemas específicos. Destacou ainda que a Missão 5 foi a que mais recebeu recursos do FNDCT, da ordem de R\$ 5 bilhões.

Rafael mencionou também que o tema transição energética é muito amplo e por isso as áreas temáticas possuem TRLs em escalas muito variadas. Assim, também é preciso apoiar ações de formação e capacitação de recursos humanos e de apoio a ICTS, que não são apoiadas via subvenção econômica preconizada no programa 2 do FNDCT.

O presidente Daniel comentou, por fim, que em 2024, foi lançado o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) e é possível que o tema Inteligência artificial se torne um programa específico do FNDCT dada a sua importância. Esse mesmo raciocínio poderia ser aplicado para a área de transição energética.

O Sr. Marlon José acrescentou que além da transição energética, o novo programa proposto deveria contemplar a transmissão, a eficiência e o planejamento energético e o CNPQ estaria aberto à execução de ações nessas linhas.

O Sr. Edilson Pedro, assessor técnico do FNDCT, comentou que existe um relatório do TCU que aponta que é preciso haver uma integração entre os programas de P&D ANEEL, de eficiência energética do MME e do FNDCT (CT ENERG), uma vez que eles possuem a mesma fonte de arrecadação, que é a cláusula de P&D do setor elétrico. O relatório recomenda que deve haver uma discussão mais ampla de modo a haver uma maior coordenação entre os três programas, corroborando com as falas dos membros do Comitê Gestor.

6. Encaminhamentos e Encerramento

As principais deliberações do Comitê Gestor do CT-Energ foram:

Deliberação 1 – Proposta de criação de um Programa Estratégico do FNDCT específico para a “Transição Energética” (aprovada por unanimidade).

Justificativa: O tema de transição energética já se destaca entre as ações recentes do FNDCT com editais de subvenção vinculados ao Programa Mais Inovação. Apesar de a temática estar principalmente vinculada ao Programa 2, dentro da grande área que envolve a transição energética, existem várias tecnologias com escalas de maturidade diferentes, que precisam de formação de recursos humanos, capacitação laboratorial e que não necessariamente são atendidas por meio da subvenção econômica. A proposta também se justifica pela implementação de marcos legais recentes como do hidrogênio de baixo carbono, a lei combustível do futuro, créditos de carbono e a discussão acerca da regulamentação da eólica offshore. Por fim, cabe destacar que o tema possui uma missão específica na NIB (Missão 5 - bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energéticas).

Deliberação 2 – Solicitação à FINEP de esclarecimentos com relação a distribuição dos recursos arrecadados pelo CT Energ, fazendo um comparativo de 2022 a 2024 (da arrecadação total - Lei 9991/2000 - até a destinação dos recursos verticais na LOA) (aprovada por unanimidade).

Outros encaminhamentos:

- A deliberação da primeira reunião do CT-Energ de 2024, referente a suplementação da Chamada CNPq do SISH2 em R\$ 8 milhões, não foi implementada pelo Ministério. O Comitê Gestor do CT-Energ indicou a necessidade de cumprimento da decisão aprovada na reunião anterior com os recursos verticais disponíveis para novas ações do fundo de 2025.

- O Comitê Gestor do CT-Energ solicita ter maior governança sobre a definição das prioridades relacionadas à alocação de recursos do FNDCT em ações/programas do FNDCT que tenham relação com a área de energia, não somente nos recursos verticais.

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente encerrou, às 18h, a 40ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia (CT-Energ).

Anexos:

Apresentação FINEP – Fabricio Soares Azevedo (12458383)

Apresentação FINEP – Newton Kenji Hamatsu (12468352)

Apresentação CGGF/MCTI – Mariana Marques Vidal (12458520)

DANIEL GOMES DE ALMEIDA FILHO

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia - CT Energ



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gomes de Almeida Filho, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**, em 29/01/2025, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12572774** e o código CRC **1C2361C4**.